

1. RECENSÕES

Francis FUKUYAMA, *A Grande Ruptura. A natureza humana e a reconstituição da ordem social* (trad. do inglês), Lisboa, Quetzal Editores, 2000, 493 p.

Francis Fukuyama tornou-se um autor relativamente conhecido, mesmo em Portugal, após a publicação, em 1992, da sua obra, aliás polémica, intitulada *O fim da História e o último homem* (traduzida para português pela Gradiva, nesse mesmo ano). Três anos depois, o autor deu a lume um outro estudo, denominado *Confiança. Valores sociais e criação de prosperidade* (cuja tradução portuguesa, da mesma editora, data de 1996). Mais recentemente (1999), Fukuyama apresentou o seu terceiro livro da série, sob o título *A Grande Ruptura. A natureza humana e a reconstituição da ordem social* (Tradução da Quetzal Editores, Lisboa, 2000).

Nesses três livros, pretendeu analisar aquilo que considera como os “três componentes irreduzíveis da modernidade”, respectivamente o **estado**, a **sociedade civil** e a **família** (*Expresso/Economia*, 24.06.2000). Acrescente-se que, de entre eles, o primeiro e o terceiro foram os que despertaram mais atenção. Aquele, devido ao próprio tema e à controvérsia a ele associada. É que, mais que do “fim da História”, do que efectivamente se trata é do “fim de uma certa história” ou, por outras palavras, do “fim de um determinado ciclo histórico”. Este ter-se-á caracterizado, essencialmente, pela evolução e pelo triunfo das democracias liberais.

Quanto ao último, *A Grande Ruptura* ? além da pertinência da temática e da forma como Fukuyama a estuda ?, também contribuiu para a sua divulgação o facto de o autor, pouco tempo após o aparecimento da tradução portuguesa, nas livrarias, ter participado, em Lisboa, na conferência *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian (Junho de 2000). O evento foi largamente noticiado por vários órgãos da comunicação social, alguns dos quais aproveitaram o ensejo para o entrevistar.

Concorde-se ou não com as teses do autor ? e as opiniões estão longe de ser unânimes ?, o certo é que elas não nos podem deixar indiferentes nem, tão-pouco, deverão ser esquecidas. Com efeito, os fenómenos analisados, segundo uma metodologia eminentemente interdisciplinar, com o recurso a

áreas do saber tão diversas como a filosofia e a psicologia, a sociologia e a demografia, a ética e a economia, entre outras, dizem respeito a todos nós, merecendo, pelo menos, ser equacionados, discutidos ou mesmo refutados. Entretanto, foquemos, mais de perto, a última das obras escritas pelo autor.

A Grande Ruptura. A natureza humana e a reconstituição da ordem social (Lisboa, Quetzal, 2000) encontra-se estruturada em três partes, assim intituladas: “A Grande Ruptura”, “Da genealogia da moral” e “A Grande Reconstrução”. O assunto é explanado ao longo de dezasseis tópicos. Ao texto segue-se um apêndice (com gráficos e fontes estatísticas), notas e duas dezenas de páginas com a bibliografia.

Na primeira parte, Fukuyama ocupa-se da **Grande Ruptura**, entendendo por esta o declínio, verificado de meados dos anos 1960 aos inícios da década de 1990, dos valores sociais prevaletentes a partir de meados do século XIX. Em seu entender, esse declínio ? que se traduziu, em última análise, por uma diminuição do “capital social” ? é bem legível nas seguintes estatísticas: criminalidade, crianças “sem pais”, baixa de rendimento escolar, redução das oportunidades e quebra de confiança.

Os fenómenos sociais acabados de referir, entre vários outros, ocorreram praticamente em todos os países desenvolvidos, pelo menos do Mundo Ocidental. Devido à sua extensão e, inclusive, à sua intensidade, podemos interrogar-nos, como fez o autor, acerca das respectivas causas. Estas não deverão ser procuradas num único país, num certo regime político ou mesmo numa determinada cultura, visto terem-se verificado em contextos muito diversos. Assim, Fukuyama começa por constatar a coincidência temporal entre: por um lado, o enfraquecimento dos laços sociais e dos valores comuns que são o cimento das sociedades ocidentais; por outro, o facto de esse enfraquecimento se ter manifestado, precisamente, quando as economias dessas sociedades faziam a transição da *era industrial* para a *era da informação*.

Baseando-se nesse pressuposto, o autor acrescenta: «o postulado deste livro é que os dois factores estão de facto intimamente ligados, e que juntamente com todas as bênçãos que decorrem de uma economia mais complexa, baseada na informação, algumas coisas más aconteceram também na nossa vida social e moral. As ligações foram tecnológicas, económicas e culturais» (p. 20). Concretizando, aponta: a transformação da natureza do trabalho (substituição do esforço físico pelo esforço intelectual) e a entrada de milhões de mulheres no mercado de trabalho, minando as premissas tradicionais em que a família se baseava; inovações na tecnologia médica, como a pílula anticoncepcional e o acréscimo da longevidade, reduzindo o papel da reprodução e da família na vida das pessoas; a cultura do

individualismo intensivo, ao enfraquecer os laços que mantinham unidas famílias, comunidades e pessoas.

Refira-se, no entanto, que a mensagem do autor não é de pessimismo. Com efeito, entende tratar-se de mais um ciclo, algo semelhante a outros já registados pela história. Um deles teve lugar na primeira metade do século XIX, em resultado da primeira revolução industrial, durante o qual se deu uma acentuada degradação moral e social. Todavia, na segunda metade da mesma centúria, a tendência alterou-se e a sociedade recompôs-se da turbulência vivida anteriormente.

Por outro lado, recordando a conhecida expressão de Schumpeter, de “destruição criadora”, o autor afirma: «a ordem social, uma vez perturbada, tende a refazer-se, e são inúmeras as indicações de que é o que está actualmente a acontecer. Podemos ter esperança de que assim seja por uma razão muito simples: os seres humanos são *por natureza* criaturas sociais, cujos impulsos e instintos mais básicos os levam a criar regras morais que os liguem às comunidades. São também por natureza racionais, e a sua racionalidade permite-lhes criar modos de cooperarem uns com os outros» (p. 21).

Sublinha o valor das regras, tanto para a esquerda como para a direita. Destaca, igualmente, a importância do capital social, além da do capital físico e do capital humano. Segundo o autor, «o *capital social* pode ser definido simplesmente como um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permite a cooperação entre essas pessoas» (p. 36). Acrescenta que o capital deve incluir virtudes como dizer a verdade, cumprir obrigações e praticar a reciprocidade. Recordando a tese de Max Weber ? em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* ?, Fukuyama afirma que o «capital social produz riqueza e tem consequentemente um valor económico para a economia nacional» (p.33).

Ao focar a “genealogia da moral” (2.^a parte), o autor analisa o papel das redes, das relações familiares e dos raios de confiança. Por exemplo, ao mencionar o significado das relações familiares na cultura de empresa, volta a chamar a atenção para o caso chinês (o que também já fizera na sua obra *Confiança*), do seguinte modo: «As empresas chinesas são geralmente familiares e formam alianças baseadas não em qualquer espécie de critério relacionado com a maximização dos lucros, mas em relações familiares ou de amizade pessoal» (p.75). O “familismo”, que na China se encontra enraizado na ideologia de Confúcio, no mundo católico tem raízes culturais na tradição latina da *família* e na importância que o catolicismo lhe atribui.

Seguir-se-á, à **Grande Ruptura**, a **Grande Reconstrução**? É este o tópico da terceira parte da obra em análise. O autor não só admite que sim como julga ter-se iniciado já a inversão da tendência, pelo menos em alguns

países. Os valores decrescentes de certas estatísticas (taxas de criminalidade e de divórcios, entre outras), desde os inícios dos anos 90, parecem comprová-lo. Em certo sentido, a própria sobrevivência da sociedade depende do reforço e da revalorização do capital social.

Daí o relativo optimismo do autor, ao escrever: «as modernas economias capitalistas, pós-indústrias, vão gerar uma constante procura de capital social. A longo prazo, deverão ser igualmente capazes de produzi-lo em quantidades suficientes para responder à procura. Podemos estar razoavelmente certos disto porque sabemos que os agentes privados tenderão, na prossecução dos seus próprios objectivos, a gerar capital social e as virtudes que lhe estão associadas, como honestidade, fiabilidade e reciprocidade» (p. 371).

A crescente importância que, ultimamente, tem vindo a ser atribuída às culturas de empresa não é estranha à dita reabilitação e procura de capital social. Além disso, também a tendência para o aumento dos níveis de educação favorecerá a acumulação de capital social, dada a relação positiva existente entre os dois fenómenos (p. 376).

Ao concluir o seu trabalho, Fukuyama admite haver dois processos a funcionar em paralelo, que descreve pelas seguintes palavras: a) «na esfera política e económica, a História parece ser progressiva e direccional, e no final do século XX culminou na democracia liberal com a única alternativa viável para as sociedades tecnologicamente avançadas»; b) «na esfera social e moral, porém, parece ser cíclica, com acréscimos e decréscimos de ordem social no decurso de várias gerações. Nada garante que haverá voltas para cima neste ciclo. A nossa única razão para ter esperança é a poderosíssima capacidade humana de reconstituir a ordem social» (p. 410).

A obra cujo conteúdo se acaba de sintetizar é de leitura aliciante e nela se focam alguns dos problemas mais complexos e pertinentes das sociedades contemporâneas. O autor é professor na George Mason University na Virgínia, Estados Unidos da América do Norte. É doutorado em Ciência Política (Universidade de Harvard), tendo colaborado em várias revistas, além de ser autor das obras já anteriormente referenciadas. A sua análise, baseada embora numa bibliografia relativamente extensa, constitui uma síntese interpretativa com originalidade, de fenómenos bem conhecidos, mas sobre os quais nem sempre reflectimos.

Naturalmente que também é possível fazer-lhe alguns reparos, dos quais destaco certos aspectos que me parecem mais evidentes. Em primeiro lugar, uma focalização excessiva nas transformações operadas na sociedade norte-americana, apesar de também se referir com alguma frequência a várias outras sociedades do mundo tecnologicamente desenvolvido.

As ilações tiradas pelo autor, sobre a coincidência temporal e a íntima relação, entre a Grande Ruptura e a transição da sociedade industrial para a

sociedade pós-industrial ou da informação, perdem algum do seu carácter supostamente universal, se tivermos presentes alguns exemplos de países asiáticos, aliás invocados na própria obra. Assim, relativamente a um dos índices mais utilizados ? o da criminalidade ?, o autor declara: «os países asiáticos de alto rendimento, como o Japão ou Singapura, apresentam níveis decrescentes de crime violento neste período [anos 60-inícios dos anos 90]» (p. 58). Assim sendo, há que dar mais relevo à cultura e à própria história, dado que estas podem dar origem a consideráveis diferenças, como é o caso.

Por outro lado, também a hipótese da diferença entre a *linearidade* da história política e social e o *carácter cíclico* da história social e moral, embora reveladora de uma certa criatividade, por enquanto não passa de mera hipótese, a carecer de posteriores e mais aprofundadas investigações. Aliás o próprio autor revela alguma prudência, ao admitir que a última “parece ser cíclica”.

Antes de concluir, chama-se a atenção para alguns aspectos da tradução e, sobretudo, para as diversas gralhas que pululam no texto. Quanto à tradução, parece-me que, em vez de “destruição criativa” (p. 21), de “teorista” (p. 25) e de “grandes armazéns”, no Japão (p. 200), se adequariam melhor, respectivamente, “destruição criadora”, “teórico” e “centros comerciais”. Quanto às gralhas, anemem-se as cometidas nas seguintes palavras que aqui se grafam de forma correcta: “evidentemente” (p. 77), “diversas” (p. 112), “individuais” (p. 118), “numa” (p. 138), “diante de”(p. 160), “se verem” (p. 184), “convicção” (p. 186) e “criação”(p. 374).

José Amado Mendes

Antony GIDDENS, *O mundo na era da globalização* (trad. do inglês por Saul Barata), Lisboa, Presença, 1999, 92 p.

Giddens reúne neste livro um conjunto de conferências feitas na BBC no ano de 1999, transmitidas pela rádio 4 e pelo *World Service* da televisão britânica. Realça-se a importância de Giddens ter sido o último conferencista do séc. XX escolhido pela Organização para tratar temas tão actuais, que se prendem directa ou indirectamente com o fenómeno da globalização. Cada conferência se queda por um assunto específico que revela estarmos, segundo o autor, a viver num mundo em processo de mudança acelerada, apresentando a ideia de um “mundo desvairado” (p. 11). Fenómeno que se